

NÚCLEO ESPECIALIZADO

Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher

Boletim eletrônico



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Apresentação

Assuntos em
destaque

Colunas em destaque

- [Especial Aborto](#)
- [Direito & Sociedade](#)
- [Jurisprudência](#)
- [Legislativo em Foco](#)
- [Políticas Públicas](#)
- [Panorama Internacional](#)
- [Panorama Nacional](#)
- [Mulheres em Movimento](#)
- [Opinião](#)
- [Agenda Cultural](#)

Apresentação

A **68ª Edição** do Boletim Informativo do NUDEM apresenta um balanço geral sobre as ações desenvolvidas e apoiadas pelo NUDEM. Também, por meio do Boletim, pretendemos divulgar as ações e eventos realizados pelo NUDEM. Ressaltamos que o espaço do Boletim é aberto a todas (os) que queiram colaborar.

Editorial

Luta pela descriminalização do aborto no País

Dia 28 de setembro é o **Dia de Luta pela Descriminalização do Aborto Na América Latina e no Caribe**. Esse dia foi escolhido por um grupo de mulheres nos anos de 1990, a partir do *5º Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe*, na Argentina, para articular forças na região a fim de enfrentar o problema da ilegalidade do aborto e a divulgação sobre os direitos sexuais e reprodutivos da mulher. É dia, portanto, de reflexão e de mobilização.

O Sistema Internacional de Direitos Humanos Sexuais e Reprodutivos consagra o princípio de que os Estados devem assumir o aborto como uma questão de saúde pública, promovendo a exclusão de todas e quaisquer medidas punitivas imposta às mulheres que realizam a interrupção voluntária da gravidez.

A Pesquisa Nacional do Aborto 2016 demonstra que, em 2015, mais de meio milhão de mulheres realizaram um aborto. Os dados apontam que, a cada minuto, uma mulher brasileira decide interromper sua gestação.

Paula Sant'Anna Machado de Souza

Defensora Pública

Defensora Coordenadora Auxiliar do Nudem

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Assuntos em destaque

Especial Aborto

Para debater a legalização do aborto

No mês da luta pela descriminalização do aborto, AzMina selecionou 8 filmes e documentários que discutem o tema de diversas perspectivas.

São 56 milhões – ou 3 Chiles inteiros – de abortos por ano, diz a Organização Mundial da Saúde. A relação entre desenvolvimento e queda no número de abortos já está mapeada, e pesquisas também já comprovaram que a proibição não reduz o número de abortos. Mas por trás dos números, há histórias que não nos deixam esquecer: a questão do aborto é complexa e não pode ser respondida com um simples “contra” ou “a favor”.

No mês da luta pela descriminalização do aborto, AzMina selecionou 8 filmes e documentários que discutem o tema de diversas perspectivas. Do conservador *Where Are My Children* (1916) ao inspirador *Vessel* (2012), a lista traz em comum apenas uma certeza: precisamos falar sobre aborto.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

CFP adere ao Alerta Feminista em favor dos direitos das mulheres

Ação coletiva busca interromper investidas parlamentares contra a autonomia das mulheres em relação ao aborto

O Conselho Federal de Psicologia assinou, dia 31 de agosto, o “Alerta Feminista” em favor dos direitos das mulheres para a legalização do aborto. O documento, iniciativa da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, foi criado para reforçar a luta do movimento feminista diante do atual cenário político.

“O poder legislativo brasileiro está tomado por uma bancada racista, machista, fundamentalista, violadora-de-direitos, que se fortalece através de ataques sórdidos à autonomia das mulheres”, diz o texto. No tema dos direitos reprodutivos os projetos de lei conservadores impactam negativamente as mulheres, mais intensamente as mulheres negras e dos setores populares, com menos acesso a direitos.

O movimento da Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto existe desde 2008 e luta pelo direito ao aborto legal para todas as mulheres brasileiras, pelo tratamento do problema do aborto na esfera da saúde pública ao invés da esfera penal, que criminaliza e mata principalmente as mulheres pobres e negras, e deixa todas as mulheres em situação de vulnerabilidade.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Desigualdade de gênero no trabalho doméstico aumenta com casamento

Enquanto os homens solteiros dedicam quase 13 horas semanais aos cuidados domésticos e passam a dedicar 12 quando casam, as mulheres deixam de trabalhar 19 horas em casa para trabalhar mais de 29 após o casamento.

É o que mostra pesquisa coordenada pelo Núcleo de Estudos sobre Desigualdades e Relações de Gênero (Nuderg) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Os dados foram apresentados, no Rio de Janeiro, durante o Seminário Internacional Gênero, Trabalho e Família no Brasil: Mudanças e Permanências nas Últimas Décadas.

Segundo a coordenadora do Núcleo, Clara Araújo, o resultado medido em 2016 apresenta avanço em relação a 2003, quando a pesquisa foi feita pela primeira vez. Naquele ano, as mulheres casadas dedicavam 36 horas semanais aos trabalhos domésticos, enquanto os homens dedicavam pouco mais de 11 horas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

48% das mulheres são demitidas após licença-maternidade

Segundo pesquisa da FGV, o índice de mulheres demitidas também varia conforme a escolaridade. Quanto maior o nível de instrução da funcionária, maiores suas chances de permanência no cargo.

Segundo a pesquisa "Licença-maternidade e suas consequências no mercado de trabalho do Brasil", da Fundação Getúlio Vargas (FGV), feito com 247 mil mulheres, dois anos após terem dado à luz, metade delas estava fora do mercado de trabalho 12 meses após o nascimento do bebê.

No Brasil, a licença-maternidade dura de 120 a 180 dias e lei garante a estabilidade no emprego até 5 meses depois do início do benefício. Baseado em dados do Ministério do Trabalho, o levantamento se refere apenas ao setor privado. Os pesquisadores acompanharam, até 2016, o desempenho no mercado de trabalho de 247.455 mulheres, com idade entre 25 e 35 anos no momento do afastamento, que tiraram licença maternidade entre os anos 2009 e 2012. No momento da licença, todas estão empregadas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Estudo revela o drama das presas grávidas no Brasil: “depois do parto, eles me algemaram”

“*Depois do parto, eles me algemaram*”*. O uso de algemas em mulheres durante o trabalho de parto é uma situação comum experienciada pelas grávidas nos presídios brasileiros. Com a aprovação da [Lei 13.434/2017](#), que veda o uso de algemas pelas detentas no período que antecede o parto, durante o mesmo e na fase pós-parto, espera-se que esse tipo de constrangimento deixe de ser habitual.

Segundo o levantamento do Ministério da Justiça, a população carcerária feminina é a que mais cresce no Brasil, sendo que a quantidade de mulheres presas aumentou 567% em 15 anos, passando de 5.601 para 37.380 detentas entre 2000 e 2014.

Traçando um paralelo, os números revelam como a política antidrogas – prestes a completar 11 anos de implementação – tem sido utilizada para encarcerar a população pobre e negra do país, além de contribuir para a manutenção de uma hierarquia racial. Isso porque das mais de 30 mil presas, 68% foram por tráfico de drogas, sendo 50% jovens entre 18 e 29 anos, das quais 50% não concluíram o ensino fundamental. A cada três mulheres presas, duas são negras.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Vulnerabilidade e HIV em Mulheres

Quando a epidemia de AIDs teve seu grande “boom”, na década de 80, a proporção de homens infectados era de 40 para cada 1 caso em mulheres, quando chegou ao Brasil, a proporção aqui era de 16:1. Essa realidade mudou muito, sendo que, atualmente, temos uma razão de 1, 5:1 casos em homens para cada mulher, demonstrando

uma feminização da doença. Hoje, podemos dizer que a mulher seja duas vezes mais suscetível à infecção do que os homens. O porquê disso? Entre os motivos que explicam esse maior risco entre mulheres temos fatores anatômicos, fisiológicos, sociais e culturais.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

"Poder público não dá resposta ao assédio sofrido por mulheres", diz urbanista

Relatos cotidianos apresentam o transporte público apenas como mais um local de falta de segurança para as mulheres

O assédio em espaços públicos é um problema global vivenciado por mulheres todos dias. Pesquisa realizada em 2016 pela organização internacional ActionAid mostra que 86% das mulheres brasileiras ouvidas sofreram assédio em público em suas cidades. O mesmo ocorre na Tailândia (86%), na Índia (79%), na Inglaterra (75%), entre outros.

Mas não é apenas o transporte público que é hostil para as mulheres. A arquiteta e urbanista, pesquisadora de Direito Urbanístico Joice Berth afirma que a concepção europeia de cidade define que o espaço privado deve ser para as mulheres e o público para os homens: "A gente tem uma cidade planejada por e para homens, as mulheres não participam. A gente não tem o olhar da mulher, das minorias sociais, pautando as decisões que versam sobre a formação da cidade".

Segundo Berth, o machismo presente na sociedade se reflete em casos cotidianos de abusos de mulheres e no silêncio do poder público e das empresas onde esses assédios ocorrem:

"O poder público age de maneira lenta porque quem está dominando são homens, temos poucas vereadoras, deputadas, senadoras... Temos que questionar por que o poder público não dá respostas? Não dá respostas porque as mulheres não estão lá e, para os homens, tanto faz porque não é o corpo deles que está sendo violentado dentro dos espaços".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

A trajetória de exclusão da educação feminina no Brasil

Apesar das conquistas femininas ao longo da história brasileira, alguns pontos continuam maquiados na luta por direitos na área da educação.

A história da mulher brasileira, como a de tantas no mundo, é marcada pela ordem patriarcal familiar que, legitimada pela religião e pelo Estado, transmitiu o silenciamento do feminino em todas as esferas sociais. Desde menina, a mulher era ensinada a ser mãe e esposa; sua educação limitava-se a aprender tarefas estritamente domésticas sem qualquer participação na vida urbana. Sua circulação em espaços públicos só acontecia em ocasiões especiais e ligadas as atividades da igreja como missa, procissão e afins. Na obra *500 anos de educação no Brasil*, uma coletânea com 24 artigos, Arilda Ines Miranda Ribeiro apresenta um texto intitulado *"Mulheres Educadas na Colônia"* em que afirma que, no início da história do Brasil, a mulher carregava o estigma da fragilidade e imbecilidade. No ensaio, ela declara que o sexo feminino fazia parte do chamado *"imbecilitus sexus"* a qual também pertenciam os doentes mentais e as crianças.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Casados, erotizados, infantilizados e desprotegidos

Em 15 de agosto de 2017, o Portal do Observatório do Terceiro Setor veiculou uma reportagem sobre a questão do casamento infantil trazendo diversos dados, dentre os quais a informação de que o Brasil é o 4º país do mundo no ranking desse tipo de prática em números absolutos.

A definição de “casamento infantil” é formulada por pesquisadores e ativistas da área dos direitos de crianças e adolescentes a partir do parâmetro internacional fornecido pela Convenção dos Direitos da Criança da ONU (1989), que define como criança a pessoa com menos de 18 anos [nota 1]: entende-se por “casamento infantil” qualquer união conjugal formal ou informal em que ao menos um dos cônjuges tenha menos de dezoito anos. Mas além desse conceito fixado pelo critério etário, a noção de “casamento infantil” contém outras características, presentes no imaginário coletivo e que correspondem aos dados coletados e sistematizados por algumas pesquisas [nota 2]: é mais frequente em regiões de alta vulnerabilidade socioeconômica, e prevalecem as uniões entre meninas e homens mais velhos, a denotar a assimetria de gênero e geracional formada pela sobreposição de relações de poder, que estabelecem relacionamentos potencialmente desiguais e violadores de direitos dessas meninas.

Por outro lado, outros dados apresentam questões menos visibilizadas, que desconstróem outras noções estereotipadas, talvez pensadas a partir da notícia dos rituais de casamentos infantis em regiões da África e Ásia, que envolvem uniões forçadas entre homens cinquentenários e meninas impúberes.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Jurisprudência

Homem que manteve esposa em cárcere privado por 20 anos é condenado a pagar R\$ 100 mil

Indenização por danos morais deverá ser paga aos filhos. Cira Igino da Silva saiu do cárcere em dezembro de 2013, após denúncia, e morreu com câncer em abril de 2015, aos 45 anos.

O ex-marido da dona de casa Cira Igino da Silva, que foi mantida em cárcere privado por ele durante 20 anos, foi condenado a pagar R\$ 100 mil de indenização por danos morais. Decisão do juiz titular da 15ª Vara Cível de Campo Grande, Alessandro Carlo Meliso Rodrigues, foi divulgada no site do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJ-MS) .

Como Cira morreu com câncer em abril de 2015, aos 45 anos, o valor deverá ser repassado aos filhos na condição de herdeiros, de acordo com a sentença.

A Defensoria Pública de Defesa da Mulher ingressou com a ação de reparação de danos morais logo após a primeira condenação criminal do homem. Hoje, ele está em liberdade condicional.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Legislativo em Foco

Grupo alerta para perigo de Congresso aprovar retrocessos em políticas para mulheres

Feministas ressaltam que pautas relativas ao aborto estão sendo tratadas em silêncio no Congresso

Protesto realizado no Rio de Janeiro, em 2016, a favor da legalização do aborto / Fernando Frazão/ Agência Brasil

Mulheres brasileiras alertam para o perigo de que o Congresso aprove medidas que signifiquem retrocesso nas políticas públicas relacionadas a questões de gênero. Elas lançaram, nessa segunda-feira, o Alerta Feminista! Um informe no qual é denunciada essa situação.

O alerta foi criado pela Frente Nacional contra a criminalização da mulher e pela legalização do aborto.

A ideia de redigir o alerta, de acordo com as organizadoras, veio do silêncio com que as pautas relativas ao aborto estão sendo tratadas no Congresso. Sonia Coelho, membro da SOF, Sempre-viva Organização Feminista, uma das organizações que compõem a Frente, explica que é preciso se organizar para evitar retrocessos:

"Então tem uma série de projetos para retroceder [nas políticas para mulheres]. A gente ficou avaliando que deixar essa coisa correr assim, com esses caras que estão hoje em dia lá no Congresso, com esse Congresso absolutamente misógino e conservador... Eles têm condições de aprovar qualquer coisa que eles coloquem lá", diz Coelho.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Políticas Públicas

Dar à luz com saúde, um desafio que persiste no Brasil

Em seis anos, Paraná conseguiu reduzir em 30% a mortalidade materna e 14% a mortalidade infantil e agora serve de modelo para a América Latina

Se o Paraná, no sul do Brasil, fosse um país, já teria cumprido a meta global das Nações Unidas para 2030 de reduzir a taxa de mortalidade materna para menos de 70 por 100 mil nascidos vivos (NV). Mas um dado preocupava os especialistas locais em saúde: depois que o estado alcançou o patamar de 65,11 mortes/100 mil NV, em 2001, a cifra caiu apenas 0,2% nos 10 anos seguintes.

Uma investigação para entender os motivos revelou que 85% das mortes maternas eram por causas evitáveis, como a doença hipertensiva específica da gestação e as hemorragias. E mais: 71% dos óbitos estavam relacionados à atenção de saúde dada no pré-natal, parto e pós-parto.

Os problemas encontrados na investigação paranaense ainda são comuns no resto do mundo. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 830 mulheres morrem diariamente no planeta devido a causas evitáveis relacionadas à gravidez. A instituição ressalta que 99% dos óbitos ocorrem em países em desenvolvimento, como o Brasil.

E justamente por fazer parte de um país em desenvolvimento, o Paraná pode se tornar modelo para a América Latina e o mundo. Nos últimos seis anos, o estado conseguiu reduzir em 30% a mortalidade materna e 14% da mortalidade infantil. Esses são os principais resultados de um investimento de R\$ 630 milhões, feito em parceria com o Banco Mundial. Os recursos foram aplicados na atenção primária, ambulatórios e hospitais, bem como na capacitação de 47 mil profissionais de saúde.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Panorama Internacional

Suíça rejeita elevar idade da aposentadoria das mulheres para 65 anos

Os eleitores da Suíça frequentemente votam para decidir sobre questões importantes, como parte de seu sistema político de democracia direta

Eleitores da Suíça decidiram votar contra a elevação da idade mínima da aposentadoria das mulheres dos 64 anos atuais para 65 anos. A emissora SRF reportou neste domingo que os eleitores rejeitaram em referendo um pacote de reforma da previdência que elevaria a idade para as mulheres, igualando-a à dos homens atualmente no país.

O pacote de mudanças rejeitado incluía propostas para elevar o imposto sobre valor agregado, com o objetivo de ajudar o sistema previdenciário no país e também um aumento na contribuição retirada de salários e pensões com o mesmo objetivo.

Os eleitores da Suíça frequentemente votam para decidir sobre questões importantes, como parte de seu sistema político de democracia direta.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Menina indiana se suicida após ser humilhada sobre menstruação

Menina de 12 anos foi humilhada por uma professora devido a uma mancha de menstruação em seu uniforme

Chennai, Índia – A polícia indiana está investigando alegações de que uma menina de 12 anos teria se matado após ser humilhada por uma professora devido a uma mancha de menstruação em seu uniforme, chamando atenção para o tabu da menstruação na Índia moderna.

A menina se jogou de um prédio perto de sua casa no Estado indiano de Tamil Nadu na segunda-feira, afirmaram autoridades, deixando um bilhete dizendo que havia sido torturada pela professora.

Quando outros estudantes avisaram a menina sobre o sangue em sua roupa, ela pediu ajuda. Entretanto, a professora fez com que ela mostrasse a mancha para toda a turma, relatou a mídia local, citando a mãe da menina.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Desigualdades raciais e de gênero se mantêm no país, segundo estudo

As desigualdades raciais, de gênero e sociais continuam altas no país. A constatação é do relatório do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ), divulgado. Os dados indicam que as mulheres negras estão em desvantagem em relação a outros grupos.

Carla Lima é a primeira da família a concluir o ensino superior. Ela, assim como muitas mulheres negras, considera que ainda tem que trabalhar a mais para provar a competência e se manter na profissão que escolheu. "Esse acúmulo de trabalho, essa [necessidade] de mostrar eficiência, e dizer: 'eu cheguei lá por mérito', isso é muito dolorido", afirma a advogada. "Tem o quanto abandonamos de nossa vida pessoal, social e afetiva", destacou, sugerindo que nem todas as pessoas tem oportunidades iguais.

O relatório elaborado pelo Grupo de Estudos Disciplinar da Ação Afirmativa (GEMAA), do IESP, mostra que, apesar do desenvolvimento econômico dos últimos anos, as desigualdades não diminuíram e dificultam a vida dos brasileiros. O documento analisou os números de 2011 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Queermuseu: O dia em que a intolerância pegou uma exposição para Cristo

Após protestos nas redes sociais, banco Santander encerra mostra que abordava questões de gênero e de diversidade sexual

Nos últimos dias, a intolerância voltou a assombrar a arte. A *exposição Queermuseu - Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em cartaz há quase um mês no Santander Cultural, em Porto Alegre, foi cancelada neste domingo após uma onda de protestos nas redes sociais. A maioria se queixava de que algumas das obras promoviam blasfêmia contra símbolos religiosos e está a mostra, com curadoria de Gaudêncio Fidelis, reunia 270 trabalhos de 85 artistas que abordavam a temática LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual. As obras - que percorrem o período histórico de meados do século XX até os dias de hoje - são assinadas por grandes nomes como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa.ambém apologia à zoofilia e pedofilia.

Nas redes, as mensagens e vídeos mais compartilhados pelos críticos e movimentos religiosos mostravam a pintura de um Jesus Cristo com vários braços (a obra *Cruzando Jesus Cristo Deusa Schiva*, de Fernando Baril) e imagens de crianças com as inscrições *Criança viada travesti da lambada* e *Criança viada deusa das águas*, da artista Bia Leite. As manifestações foram lideradas principalmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), que pediu o encerramento da exposição e pregou ainda um boicote ao banco Santander. O prefeito de Porto Alegre, Nelson Marchezan Jr. (PSDB) também se manifestou contra a mostra dizendo que elas exibiam "imagens de zoofilia e pedofilia".

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Estupro corretivo em lésbicas é usado em clínicas da América do Sul

Clínicas de reabilitação de dependentes químicos e alcoolismo de países sul-americanos, como Equador e Peru, recebem comprovadamente pacientes gays, lésbicas e trans para tratamento de reversão sexual ou cura gay. A maioria dessas unidades, ditas terapêuticas, é ligada a igrejas cristãs. No Brasil, o Ministério Público Federal investiga indícios de processo similar em pelo menos seis centros.

Em 2011, autoridades fecharam 30 clínicas que tratavam ilegalmente de gays, lésbicas e trans. Os relatos eram chocantes e tiveram repercussão internacional. Torturas e abusos de toda ordem. Uma das práticas denunciadas era o estupro corretivo em mulheres lésbicas. Os relatos chegaram a então ministra da saúde do Equador, Carina Vance. Funcionários desses centros cristãos violentavam internas para que pudessem sentir o “verdadeiro e genuíno prazer sexual de uma prática abençoada por Deus”.

A fotógrafa equatoriana Paola Paredes, lésbica assumida, sentiu na pele esse risco e resolveu investigar o que acontecia nessas unidades, algumas chamadas “clínicas de Cristo”. O resultado é o ensaio fotográfico “Até Que Você Mude”, uma alusão à capacidade de resistência e, posterior, libertação da interna.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

'Quem é o pai?': mulheres revelam preconceitos de serem mães e lésbicas

A invisibilidade enfrentada pelas mulheres lésbicas se acentua ainda mais quando elas se tornam mães. Muitas, além de não serem aceitas pela própria família, enfrentam diariamente olhares de julgamento e comentários carregados de preconceito. A lista é longa: “Quem é o pai? ”, “Como vai explicar ao seu filho que ele tem duas mães? ”, “E a referência masculina? ”, são alguns que elas ouvem com frequência.

Não à toa, grupos de apoio surgiram nas redes sociais para ampará-las em um processo muitas vezes solitário. No Facebook, uma busca rápida por “maternidade lésbica” resulta em três páginas, que juntas somam 3.300 membros e milhares de posts relacionados ao assunto -- dicas de inseminação caseira, desabafos e celebração de gravidez.

Esse crescente acompanha as estatísticas. O último Censo divulgado pelo IBGE, em 2010, mostrou que as formações familiares brasileiras estão cada vez mais diversas. Segundo o levantamento, existem 60 mil famílias homoafetivas no Brasil, e 53,8% delas são formadas por mulheres.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Deficientes são vítimas de 1 em cada 10 estupros registrados no país

Por dez anos, a deficiente intelectual Joana foi estuprada pelo próprio pai, na casa da família em Sumaré (SP). Maria, deficiente visual e auditiva, era abusada pelo motorista da van escolar, em Araraquara. Ana, com deficiência mental, foi violentada em um assalto, em Guarujá.

Os nomes são fictícios, mas os casos bem reais. Aconteceram no Estado de São Paulo, onde diariamente os hospitais atendem ao menos um caso de pessoa com deficiência vítima de estupro. Foram 368 casos no ano passado.

Os dados inéditos constam em levantamento do Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), do Ministério da Saúde, feito a pedido da **Folha**. As informações são colhidas em hospitais públicos e privados.

Em cinco anos, o número de deficientes estuprados quase dobrou no Brasil, passando de 941, em 2011, para 1.803, em 2016. Os casos representam quase 8% dos estupros atendidos pelos serviços de saúde, que totalizaram 22.991 no ano passado. Para o ministério, o aumento não significa que estejam ocorrendo mais casos, mas sim que os municípios passaram a notificar mais esse tipo de ocorrência.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

MP analisa denúncia de 'suicídios em série' em penitenciária feminina de SP

Pastoral Carcerária relatou suicídios em julho por omissão com saúde física e psíquica das presas. Secretaria confirma quatro mortes, mas nega maus tratos.

A Pastoral Carcerária, ação da Igreja Católica Romana, que zela pelos direitos humanos no sistema prisional, denunciou ao Ministério Público (MP) a prática de suicídios na Penitenciária Feminina de Santana, na Zona Norte de São Paulo.

Em visitas realizadas pela equipe da entidade, as presas relataram a morte de quatro presas apenas entre julho e agosto, e outras duas tentativas de suicídio no período. A Pastoral teme que seja em decorrência de violações de direitos humanos na unidade. A Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) confirma quatro mortes de mulheres dentro de suas celas sozinhas _uma em 2016 e três em 2017, mas nega maus tratos (leia nota abaixo).

Para a Pastoral, “o número de mortes em um curto espaço de tempo pode significar uma tendência epidêmica, além de uma omissão estatal em relação aos cuidados com a saúde física e psíquica das presas.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Desde a criação da Lei do Feminicídio, SC já registrou 285 processos penais

Em reportagem especial, G1 aborda a efetividade da lei, medidas protetivas e o ciclo de machismo que faz com que mulheres sejam vítimas de companheiros.

Eu resolvi chamar a polícia quando o meu menino mais velho falou: ele não é mais meu pai, mãe. Deixa ele", lembra Maria (nome fictício), 31 anos, que foi golpeada na cabeça com um pedaço de madeira e teve um pedaço do dedo arrancado. Por pouco, ela não morreu nas mãos do marido em Itajaí.

As mortes por feminicídios em Santa Catarina já acumulam 285 processos penais da Justiça, desde a criação da Lei do Feminicídio (13.104/2015), instituída em 9 de março de 2015.

Na prática, o Código Penal foi alterado para considerar homicídio qualificado o assassinato de mulheres envolvendo violência doméstica e familiar ou discriminação à condição de mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres em Movimento

Iniciativas brasileiras buscam aumentar diversidade racial e de gênero das fontes jornalísticas

Uma série de iniciativas surgidas no Brasil nos últimos anos têm buscado aumentar a presença de mulheres e pessoas negras como fontes jornalísticas. A intenção é trazer mais diversidade para o debate público e transformar a representação desses grupos sociais nos meios de comunicação, que majoritariamente escolhem homens brancos para figurar como especialistas e vozes de autoridade nas histórias que veiculam.

A quase onipresença de homens como fontes no jornalismo é um fenômeno global, segundo apontou o Projeto de Monitoramento Global de Meios (GMMP, na sigla em inglês) em sua edição mais recente. O relatório de 2015 do GMMP indicou que, nos 114 países monitorados, as mulheres somavam apenas 19% do total de especialistas consultados em matérias jornalísticas. No Caribe e na América Latina, este índice é um pouco mais alto: 29% e 27%, respectivamente. Isso significa que há cerca de uma mulher para cada três homens que aparecem como especialistas no noticiário televisivo, impresso, radiofônico e online na região.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

Os projetos que querem diminuir a desigualdade de gênero e raça na programação

O 'Nexo' lista seis iniciativas, resgata a história das mulheres na tecnologia e ouve quais as dificuldades enfrentadas por elas na área

As mulheres são hoje minoria na área de tecnologia e nas maiores empresas do mundo no ramo, como Google e Facebook. No Brasil, a desigualdade começa nos cursos de ciências da computação, onde elas também estão em desvantagem numérica – o Censo do IBGE de 2010 mostra que as mulheres, que são 51% da população brasileira, representam apenas 22% das turmas desse curso no ensino superior.

Há algumas iniciativas institucionais para aumentar a presença feminina nas empresas de tecnologia. E há, também, coletivos de mulheres que têm se mobilizado nos últimos anos para combater a desigualdade de gênero e raça nesse meio. O que a maioria deles faz é ensinar, do zero, mulheres a programar.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Mulheres Kaiowá e Guarani preparam grande assembleia Kuñangue Aty Guasu em MS

O Kuñangue Aty Guasu é uma oportunidade para levantarem suas vozes e denunciarem os problemas enfrentados nas aldeias, acampamentos e áreas de retomada em Mato Grosso do Sul

De 18 a 22 de setembro foi realizado o Kuñangue Aty Guasu, a grande assembleia das mulheres Kaiowá e Guarani, reunindo centenas de pessoas no Tekoha Kurusu Amba, localizado na cidade de Coronel Sapucaia (MS).

Esta será a quinta edição do encontro e participação indígenas das aldeias, acampamentos e áreas retomadas da região Sul da região do conesul de Mato Grosso do Sul. Diferente das edições do Aty Guassu, onde os homens mais velhos são as maiores autoridades, no Kuñangue as mulheres têm a oportunidade de falar e escolher suas lideranças.

Para a ñandesy (rezadora) Alda Silva, que tem o nome Kaiowá de Kuña tupã rendy'i, têm coisas que os homens não querem resolver. "Quando o marido começa a ser violento, vem batendo, alguma coisa assim, e alguém leva para a autoridade dos homens, dos índios, às vezes ele não quer fazer. Às vezes o índio tem autoridade, mas tem o mesmo caráter daquele homem. Por isso que a mulher procura a mulher", explicou.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Encontro no interior paulista promove articulação de jovens negras feministas

A segunda edição do Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas reúne organizações e coletivos de mulheres negras para discutir racismo, identidade de gênero, sexualidade, participação política e o direito ao bem viver

Cerca de 400 jovens negras de todas as regiões do país participam de encontro no município de Capelo do Alto, no interior paulista, até este domingo (10) para discutir racismo, identidade de gênero, sexualidade, participação política e o direito ao bem viver.

“Trazer o bem viver como bandeira tem a ver com a transformação do sentido de que a gente não está lutando apenas para viver. Não é viver a qualquer custo, é viver com qualidade, viver bem”, disse Mohara Valle, uma das organizadoras do evento e integrante do Núcleo Autônomo de Trabalho de Comunicação e Tecnologia.

Esta é a segunda edição do Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas, que ocorre como um espaço de fortalecimento e articulação do movimento de mulheres negras, segundo as organizadoras. “A gente imaginou que em um período de quase dez anos entre este e o primeiro encontro já era hora de a gente se reunir e realmente pensar juntas, ter momentos de reflexão, mas ao mesmo tempo dialogar com o que a gente quer, quais são os nossos projetos de futuro”, disse Mohara.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Projeto reúne dados de violência contra lésbicas no Brasil

'As lésbicas são invisibilizadas em vida e em morte', diz Milena Carneiro, idealizadora do 'Lesbocídio'

Em abril de 2016, [Luana Barbosa dos Reis](#) – uma mulher [lésbica](#), [negra](#), mãe e periférica – morreu após ser espancada por três policiais militares na frente do filho de 14 anos em Ribeirão Preto (SP).

A repercussão deste caso de lesbocídio, vinculado ao fato de não existir informações específicas sobre violência contra [lésbicas](#) no Brasil, fez com que a estudante de Serviço Social pela UERJ, **Milena Carneiro**, decidisse criar um **projeto** para reunir histórias e dados desses crimes.

"Eu, enquanto lésbica não feminilizada, sofro agressões por ser lésbica desde que me entendo por gente. Ver o assassinato da Luana me instigou a refletir sobre onde estavam os outros casos", afirma a estudante ao **Catraca Livre**.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Opinião

O que vem após o estupro?

Até hoje me lembro da mão dele pressionando a minha nuca, do corpo dele pesando com força contra mim, da voz dele me dizendo “fica quietinha”. Ali, eu não podia me mover. Fiquei imóvel sem acreditar no que estava acontecendo. Quando acabou, ele se levantou rapidamente e saiu batendo a porta do meu apartamento. Não falou mais nada. Eu não chorei. Eu nada sentia. Na mesma posição, eu permaneci durante o resto da noite.

Recentemente, quando assisti à série 13 Reasons Why, revivi no estupro de Hannah o que tinha acontecido comigo. Um ser inerte, que não resiste à violência, apenas se rende e torce para que tudo acabe logo. Como disse a atriz Mônica Martelli em entrevista a Pedro Bial: nós ainda acreditamos que estupro é algo que ocorre em um beco escuro com uma arma apontada para a nossa cabeça.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Qual a culpa que você carrega por ser mulher?

Na entrevista que Taís Araújo concedeu à Marie Claire no mês de julho ela diz se sentir culpada por não ter amamentando a sua filha, já que no fim da sua segunda gestação tomou antibióticos para sanar uma infecção, e que quando estava pronta para amamentar Maria, a bebê já não quis o peito. Culpa, foi exatamente essa a palavra que Taís usou para descrever esse momento. Culpa é sem dúvidas a sensação que permeia a realidade de muitas mulheres, famosas, anônimas, ricas, pobres, brasileiras ou estrangeiras. Culpa nos une enquanto mulheres e nos aprisiona nessa identidade compartilhada do que é ser mulher, mesmo nas nossas inúmeras diferenças.

Algumas sentem culpas como a de Taís ligadas à maternidade, acham que não se entregam totalmente aos seus filhos, que quando um filho comete um erro é porque elas não agiram corretamente, e claro que elas não podem se priorizar em nenhum momento. Do outro lado mulheres não mães sentem culpa por não querer ser mães, planejar suas vidas sem pensar em filhos ou por simplesmente não poder biologicamente dar à luz a uma criança, mesmo que ser mãe não se limite a isso, numa sociedade que diz que esse é o principal papel de uma mulher existem inúmeras cobranças, mas nenhuma facilitação para que isso seja vivido em sua plenitude. São diversos os causadores desse nosso sentimento constante de culpa que não é apenas individual, se torna coletivo, a partir do momento que muitas passam por isso.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Lésbica: a rebelde do patriarcado

Lésbica, lesbiana, safista, sapatão, sapata, sapa, gay mulher, sapatona, virago, marimacho, cola velcro, viada, fufa, fessureira, mulher-macho, racha, dyke, caminhoneira, fancha, bunchie, fanchona, machorra, chupa-charque, lesbo, sapatilha, lambe xana, mal comida... e a criatividade continua sem limites, dignidade e respeito.

São tantos os apelidos que por vezes parecem **rótulos** dos mais diversos tipos de medicamentos; várias classificações de verduras ou legumes; nomes de bandas de rock. Enfim, são tantas as tentativas de classificar, tachar, julgar, estereotipar, que a identidade individual se perde socialmente diante de tantos adjetivos caricatos e preconceituosos. Ainda assim, impera a invisibilidade social.

Afinal, o que é uma lésbica? No dicionário, trata-se de uma mulher que sente atração, desejo físico, por outra mulher. Ou seja, é uma mulher e **ponto!** O desejo, a orientação sexual e a identidade de gênero não tiram da mulher lésbica o “status” de mulher, seja ela cisgênera ou transgênera.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Como livros infantis podem reforçar estereótipos de gênero

Polêmica com editora britânica traz à tona discussão sobre diferenciação de produtos para meninos e meninas

No dia 27 de agosto o escritor britânico Simon Ragoonanan, do blog Man vs. Pink, criticou em sua página do Facebook uma das passagens do livro “Growing Up for Boys” (Crescendo para garotos, em tradução livre) de Alex Frith. Em pouco tempo, a obra publicada pela Usborne, uma das maiores editoras britânicas, levantou críticas sobre como livros infantis podem ser sexistas.

A passagem do livro criticada pelo escritor acompanhava uma imagem de seios de mulheres e uma explicação sobre para que eles servem: “As meninas têm seios por dois motivos. O primeiro é produzir leite para bebês. O segundo é para elas parecerem mais crescidas e atraentes. Praticamente todos os seios, não importando o tamanho ou o formato, servem para ambas as coisas quando uma garota está na puberdade.”

Publicado em 2013, o livro não havia sido criticado até então, apesar da editora Usborne já ter se envolvido em polêmicas desse tipo antes. Em 2014, a campanha Let Books Be Books (Deixem os livros serem livros, em tradução livre) pedia para que os livros da publicadora não fossem mais rotulados como sendo para meninas e meninos.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Agenda Cultural

6 romances que refletem sobre o amor entre mulheres

Histórias de autoras lésbicas e bissexuais vencem a marginalização com obras que todos deveriam conhecer

Muitas escritoras já dissertaram sobre os prazeres e as dificuldades decorrentes do amor entre duas mulheres. A GALILEU separou algumas obras que valem a pena conferir:

Flores Raras e Banalíssimas (Ed. Rocco), Carmen L. Oliveira

O livro narra o romance entre a poeta norte-americana Elizabeth Bishop e a paisagista e urbanista brasileira Lota de Macedo Soares, na década de 1950. Mais do que isso: também é uma extensa pesquisa sobre a obra poética de Bishop e a luta burocrática enfrentada por Lota para construir o tão sonhado parque do Aterro do Flamengo. A obra ganhou uma versão bilíngue para o cinema com direito a Glória Pires no papel da brasileira.

Fun Home (Conrad), Alison Bechdel

Esta graphic novel é uma visita às memórias da autora Alison Bechdel, famosa por criar o teste de Bechdel, que analisa a participação feminina nos filmes. Em Fun Home, a quadrinista detalha a descoberta de sua homossexualidade e sua relação com o pai (gay não assumido). Vencedora do prêmio Eisner, de 2007, a HQ também virou musical e recebeu o Tony de melhor musical de 2015.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

A noite em que o 'Emmy' assumiu um lado político celebrou a potência das mulheres

O C O Emmy 2017 combinou celebração à potência feminina, discursos sobre questões que afetam mulheres e alfinetadas no presidente dos Estados Unidos, Donald Trump.

Considerada o "Oscar da televisão", a premiação realizada em Los Angeles, nos EUA, também sinalizou uma mudança significativa na relação entre produção audiovisual, TV e internet.

O Conto de Aia e Big Little Lies, duas produções focadas no protagonismo feminino, foram as grandes vencedoras da noite.

De um lado, a distopia escrita por Margaret Atwood há três décadas, na qual mulheres são perseguidas, assediadas e estupradas diariamente, consagrou-se como Melhor Série Dramática do ano. O Conto de Aia e 'Big Little Lies' foram as grandes vencedoras do Oscar da TV norte-americana.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Narcisa Amália: a poeta, jornalista e abolicionista que você não conhece

Único livro de poesia da autora, publicado em 1872, 'Nebulosas' ganhou nova edição em 2017

Estar “à frente de seu tempo” é um clichê frequentemente aplicado a artistas. Ele é ainda mais frequente para descrever artistas mulheres que atuaram antes ou no início do século 20.

Isso porque, como escreveu a historiadora da arte Linda Nochlin em 1971, no clássico ensaio “Por que não houve grandes mulheres artistas? ”, as condições do meio artístico foram, ao longo da história, “entediadas, opressivas e desestimulantes para todos aqueles que, como as mulheres, não tiveram a sorte de nascer brancos, preferencialmente da classe média e acima de tudo homens”. As mulheres artistas do passado estavam necessariamente desafiando o status quo, pelo simples fato de se proporem a criar.

Mas para além de ser mulher criando no século 19, a ideia da artista de vanguarda também no aspecto político e dos costumes certamente se aplica à brasileira Narcisa Amália. Ela nasceu em 1852, no município fluminense de São João da Barra. Foi jornalista profissional e professora, publicou uma antologia de 44 poemas aos 20 anos, se casou duas vezes e, nas duas, rompeu o matrimônio. No século 19, quando o estigma social enfrentado por uma mulher desquitada era enorme.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

Projetos fotográficos devolvem autoestima a mulheres fora do padrão

A fotografia tem sido importante aliada nesse processo de quebra de padrões em tempos de empoderamento feminino, são muitas as mulheres que se sentem mais livres com a própria imagem, e encontram nas redes sociais uma plataforma para gritar essa auto aceitação. Arte do olhar, a fotografia tem sido importante aliada nesse processo de quebra de padrões. Apesar da pressão social continuar afligindo uma grande parcela da população (o Brasil lidera o ranking de países em cirurgias plásticas femininas), pipocam nas redes sociais projetos em que fotos e relatos biográficos entregam diversidade. O corpo é memória e, como tal, pede por respeito.

“Temos novas oportunidades de alcançar mais pessoas. Precisamos desconstruir a ideia de ‘padrões de beleza’. Cada indivíduo é único e essa diversidade precisa ser celebrada”, defende Andreza Pinheiro, criadora do *Entre tantos amores, o próprio*. As imagens são disponibilizadas em uma [página](#) do Facebook criada em 8 de março, quando se comemorou o Dia Internacional da Mulher.

Leia na Íntegra: [clique aqui](#)

[Voltar ao menu](#)

[O Boletim eletrônico do NUDEM: Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher](#) destina-se à comunicação interna da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e seus parceiros. Produzido pelo Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher em parceria com a Coordenadoria de Comunicação Social e Assessoria de Imprensa. Para mais informações, contate nucleo.mulher@defensoria.sp.gov.br

Atenciosamente,

Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher (NUDEM)

Rua Boa Vista, nº 103, 4 º andar, Centro

Tel.: (11) 3101 0155

Cep:01014-001 São Paulo, SP

Home page: www.defensoria.sp.def.br

E-mail: nucleo.mulher@defensoria.sp.def.br